

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2011

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos, para apreciação, o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

A Afluente Transmissão em 2011 registrou resultado operacional de R\$ 20,4 milhões, sendo 5,8% superior ao registrado em 2010. O lucro líquido em 2011 foi de R\$ 21,2 milhões, sendo 11,2% superior a 2010, que registrou o montante de R\$ 19,0 milhões.

O EBITDA em 2011 foi de R\$ 20,4 milhões, superior 5,8% ao realizado em 2010. A margem do EBITDA em 2011 foi de 63,8% e em 2010 de 60,7%.

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1 HISTÓRICO

A Afluente-T foi constituída em 18/8/2008, originalmente sob a denominação de Imanisse Participações S.A., com o único objetivo social de participar em outras sociedades na condição de acionista ou quotista.

Em 31 de dezembro de 2008, a Neoenergia S.A. adquiriu a totalidade das ações de emissão da Afluente-T, com o propósito único e exclusivo de utilizar tal companhia no processo de reorganização das atividades econômicas da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluente-G", atual denominação da Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A.), agilizando, assim, aspectos práticos relativos a tal reorganização, como a submissão prévia à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e obtenção da necessária aprovação para realização dessa operação.

A operação referida acima foi estruturada de forma a permitir a reorganização das atividades de geração e transmissão de energia elétrica até então desenvolvidas exclusivamente pela Afluente G&T, operando-se a cisão parcial dessa companhia com a versão, para a Afluente-T, dos ativos e passivos relativos às atividades de transmissão de energia elétrica ("Cisão Parcial").

No dia 1º de dezembro de 2009, a ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 2.219, autorizou a transferência das concessões de transmissão, da Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("AFLUENTE G&T"), com a versão de todos os ativos de transmissão, descritos no Contrato de Concessão de Transmissão, e passivos a ele vinculados, para Afluente-T.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Nota	31/12/11	31/12/10
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.728	37.219
Contas a receber de clientes e outros	5	4.661	3.902
Títulos e valores mobiliários	6	2.673	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	757	141
Estoque		214	214
Despesas pagas antecipadamente		104	47
Serviços em curso		535	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	8	27.064	26.098
TOTAL DO CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE		70.736	67.621
Impostos e contribuições a recuperar	7	20	-
Coligadas e controladas	18	4.258	2.322
Depósitos judiciais		6	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	8	17.483	14.933
Investimentos		101	101
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		21.868	17.356
TOTAL DO ATIVO		92.604	84.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Nota	31/12/11	31/12/10
RECEITA BRUTA	13	38.525	36.820
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	14	(6.517)	(5.045)
RECEITA LÍQUIDA		32.008	31.775
CUSTO DO SERVIÇO	15	(10.939)	(11.917)
LUCRO BRUTO		21.069	19.858
Despesas gerais e administrativas	15	(659)	(571)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		20.410	19.287
Receita financeira	16	3.937	1.797
Despesa financeira	17	(558)	(370)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		23.789	20.714
Imposto de renda e contribuição social		(2.627)	(1.687)
Corrente		(2.627)	(1.687)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		21.162	19.027
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$ Ordinária		0,34	0,30

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS SOCIAIS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

		2011		2010	
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
1 - BASE DE CÁLCULO					
Receita Líquida (RL)		32.008	31.775		
Resultado Operacional (RO)		20.410	19.287		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		-	1.798		
Valor Adicionado Total (VAT)		30.929	28.421		
2 - INDICADORES SOCIAIS					
INTERNOS (I)		R\$ mil	FPB	RL	VAT
Alimentação	-	-	20	0,06	0,07
Encargos sociais compulsórios	-	-	367	20,41	1,15
Previdência privada	-	-	25	1,39	0,08
Saúde	-	-	77	4,28	0,24
Transporte	8	0,02	0,03	27	1,50
Participação nos lucros ou resultados	-	-	249	13,85	0,78
Total - Indicadores sociais internos	8	0,02	0,03	765	42,54
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS					
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	536	2,25	1,67	1,73	-
Outros	-	-	-	-	-
Total das Contribuições para a Sociedade	536	2,25	1,67	1,73	-
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	3.904	16,41	12,20	12,62	1,286
Total - Indicadores sociais externos	4.440	18,66	13,87	14,35	1,286

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e a eficiência na (x) Não possui metas, () Cumprido de 0 a 50%, () Cumprido de 51 a 75%, () Cumprido de 76 a 100% utilização de recursos naturais, a empresa: (x) Não possui metas, () Cumprido de 0 a 50%, () Cumprido de 51 a 75%, () Cumprido de 76 a 100%

4 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

Nº de empregados(as) ao final do período 2011 2010

Nº de admissões durante o período - 1

Nº de desligamentos durante o período - 1

Nº de empregados(as) terceirizados (1) - -

Nº de estagiários(as) (1) - -

Nº de empregados acima de 45 anos - 1

Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:

menores de 18 anos - -

de 18 a 35 anos - 5

de 36 a 60 anos - 7

acima de 60 anos - -

Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:

analfabetos - -

com ensino fundamental - -

com ensino médio - -

com ensino técnico - -

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

1 Informações Gerais

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente-T" ou "Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A, foi constituída em 18 de agosto de 2008, originalmente sob a denominação de Imanisse Participações S.A., com o único objetivo social de participar em outras sociedades na condição de acionista ou quotista.

Em 15 de janeiro de 2009 a Afluente Geração de Energia S.A. ("Afluente-G", anteriormente denominada Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. celebrou Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, com o objetivo de efetuar a segregação das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica ("Reestruturação Societária"), anteriormente exercidas integralmente pela companhia cindida. A cisão parcial e a consequente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Afluente-T teve como referência 30 de novembro de 2008, e esteve sujeita à obtenção de prévia aprovação da Reestruturação Societária pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), antes da qual todos os seus efeitos permaneceram suspensos.

No dia 1º de dezembro de 2009 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.219, anuiu a transferência das concessões de transmissão da Afluente-G, sendo necessária a elaboração de novo laudo de avaliação contemplando a atualização dos valores a serem verificados para a Afluente-T, em decorrência das variações patrimoniais entre a data de referência da cisão parcial (30 de novembro de 2008) e a data do evento societário que aprovou a cisão.

Em 29 de dezembro de 2009 as Assembleias Gerais Extraordinárias da Afluente-G e da Afluente-T aprovaram o Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, o aumento do capital social da Afluente-T em R\$ 63,085, em virtude do acervo líquido verificado deduzido das parcelas de reserva legal no montante de R\$ 1,085, e o novo objeto social da Companhia em virtude da cisão parcial.

Atualmente a Companhia tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

O Protocolo de Justificação de Cisão Parcial da Afluente-G determinou que todas as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial fossem diretamente allocated e/ou apropriadas à Afluente-G ou à Afluente-T, conforme digam respeito, respectivamente às atividades de geração ou transmissão de energia elétrica. Consequentemente, em 21 de janeiro de 2010 foi emitido Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Afluente-G na data-base 29 de dezembro de 2009, detalhando o patrimônio líquido contábil da Afluente-G antes e após a cisão parcial dos seus ativos e passivos para a Afluente-T, bem como as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial, após aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pela Administração da companhia cindida. O acervo líquido incorporado pela Afluente-T em 29 de dezembro de 2009 foi de R\$ 64.170 (R\$ 69.737 com os impactos de ajuste de implementação inicial de IFRS).

Atualmente a Companhia tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Em 12 de abril de 2010, foi assinado o Contrato de Concessão nº 001/2010 da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Em especial o Contrato de Acesso da Afluente T, prevê mecanismo de revisão tarifária a cada 5 anos, a partir da sua data de assinatura, excepcionalmente a 1ª revisão ocorreu em 1º de julho e 2010, conforme 1ª subcláusula da cláusula 7ª do Contrato.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

TRANSMISSÃO DE ENERGIA - OPERAÇÃO
Com potência instalada de 600 MVA, é composta por ativos instalados nas Subestações de Tomba, Funi, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari, além de 450 km de Linhas de Transmissão.

Em 15/5/2011 e 20/6/2011 foi concluída a Instalação do 2º Reator da Subestação de Brumado II e 1º Reator da Subestação de Itagibá, respectivamente.

Em 31 de maio de 2011 foi emitida a Resolução Autorizativa 2.920 da ANEEL para remanejamento das Linhas de Transmissão Camaçari II/Pólo e Reator Mangabeira/Tomba, e as ações para execução das obras estão em andamento.

3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Empresariais	2011	2010	Variação% 2011/2010
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	38.525	36.820	4,63%
Receita Operacional Líquida	32.008	31.775	0,73%
EBITDA	20.410	19.287	5,82%
Resultado do Serviço	20.410	19.287	5,82%
Resultado Financeiro sem Juros sobre Capital Próprio	3.379	1.427	136,79%
Lucro Líquido	21.162	19.027	11,22%
Margem EBITDA (%)	63,77%	60,70%	0,03p.p
Margem Operacional (%)	63,77%	60,70%	0,03p.p
Margem Líquida (%)	66,11%	59,88%	0,06p.p
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	92.604	84.977	9,0%
Patrimônio Líquido	81.257	76.345	6,4%
Investimentos	2.398	1.783	34,5%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	0,877	0,898	(2,3%)

(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.

p.p Pontos Percentuais

A movimentação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

Conciliação EBITDA	2011	2010	Variação% 2011/2010
Lucro líquido	21.162	19.027	11,2%
Despesas financeiras	558	370	50,8%
Receitas financeiras	(3.937)	(1.797)	119,1%
Imposto de renda	262	(903)	(129,0%)
Amortização / depreciação	-	-	0,0%
Amortização de ágio	2.365	2.590	(8,7%)
EBITDA	20.410	19.287	5,8%

4 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social subscrito é integralizado, de R\$ 63,085 milhões, é representado por 63,085 milhares de ações ordinárias (ON). Desse total 87,8% pertence à controladora Neoenergia, 8,5% ao grupo espanhol Iberdrola, 2,3% ao Fundo de Pensão PREVI e 1,4% aos demais acionistas.

5 AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, e de contratos de financiamentos, por um período de 2 (dois) anos, iniciado em abril de 2009. A Ernst & Young Terco desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

6 AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	31/12/11	31/12/10
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Período (antes dos Impostos)	23.789	20.714
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	180	-
23.969	20.714	
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(759)	1.727
Impostos e contribuições a recuperar	(636)	(141)
Recuperação de dividendos e juros sobre capital próprio	-	2.426
Depósitos judiciais	(6)	-
Despesas pagas antecipadamente	(57)	(47)
Coligadas e controladas	(1.936)	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.707	-
Outros ativos	(535)	(2.289)
(2.222)	1.676	
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(2.354)	2.485
Salários e encargos a pagar	(126)	323
Encargos de dívidas e swap pagos	(141)	-
Taxas regulamentares	227	506
Impostos e contribuições a recolher	(2.430)	(1.224)
Coligadas e controladas	-	(401)
(4.824)	1.689	
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.923	24.079
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	4.210	(8.868)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(15.728)	(8.868)
(11.518)	(8.868)	
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(5.223)	(6.006)
Títulos e valores mobiliários	(2.673)	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.896)	(6.006)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4.291)	9.205
Caixa e equivalentes no início do exercício	37.219	28.014
Caixa e equivalentes no final do exercício	34.728	37.219
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(2.491)	9.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	31/12/11	31/12/10
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	38.525	36.820
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(2)	-
38.523	36.820	
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(11.531)	(10.196)
(11.531)	(10.196)	
Valor adicionado bruto	26.992	26.624
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3	



...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

ocorre pelo método de juros efetivos incluído na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

• Investimentos mantidos até o vencimento
Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver mantido intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
• Ativos financeiros disponíveis para venda
Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.
Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:
• Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.
• Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidas na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.8 – Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da disponibilização do uso das linhas de transmissão, e conexão ao Sistema de Transmissão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9 – Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 – Recebíveis de concessão de serviço público

Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente ou indiretamente, através da receita anual permitida (RAP) e da parcela de indenização do poder concedente ao final da concessão, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. O ativo financeiro é remunerado pela taxa interna de retorno do projeto que foi utilizada para desconto a valor presente do fluxo esperado de recursos incondicionais a serem recebidos ao longo da concessão e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

Os ativos financeiros estão classificados como contas a receber (Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos) e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, utilizado para a apuração da taxa interna de retorno do projeto. Conforme previsto no CPC 38 – Reconhecimento e mensuração.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGP/M, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos. A próxima revisão tarifária está prevista para 2015.

2.11 – Investimentos

Representam quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, com aplicação específica.

2.12 – Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)
Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.13 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Provisão de distribuição de dividendos adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.14 - Demais direitos e obrigações
Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

3 Pronunciamentos Técnicos Revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

RPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/11	31/12/10
Caixa e depósitos bancários à vista	66	56
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	31
Fundos de investimento	34.662	37.132
Total	34.728	37.219

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

5 Contas a Receber de Clientes e Outros

	31/12/11	31/12/10
As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:		
Títulos a receber - partes relacionadas	2.535	1.495
Títulos a receber	2.126	2.407
Total	4.661	3.902

Referem-se principalmente ao serviço de transmissão cobrado através da Receita Anual Permitida (RAP); Contrato de Conexão ao sistema de transmissão com a Coelba e Acordo Operativo referente à prestação de serviço de manutenção na UHE Itaipé.

A composição dos prazos de vencimento:

	Saldos Vencidos	Vencidos		Total	
		Até 90 Dias	Mais 90 Dias	31/12/11	31/12/10
Setor Público	782	-	-	782	702
Setor Privado	2.770	337	772	3.879	3.200
Total	3.552	337	772	4.661	3.902

6 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/11	31/12/10
Disponíveis para venda					
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	2.673	-
Total				2.673	-

(*) diversos vencimentos.

Corresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.

7 Impostos e Contribuições

• Impostos e contribuições a recuperar

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	156	22
Contribuição Social - CSLL	(a)	1	13
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	388	-
Programa de Integração Social - PIS	(c)	9	7
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	40	33
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		163	66
Total		757	141

Não-Circulante

Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	20	-
Total		777	141

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Corresponde principalmente ao ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2020.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

• Impostos e contribuições a recolher

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Circulante			
Imposto de Renda - IR		377	305
Contribuição Social - CSLL		217	188
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		40	-
Programa de Integração Social - PIS		32	22
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		98	102
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		71	-
Imposto Sobre Serviços - ISS		155	173
Outros		37	40
Total		1.027	830

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social		23.789	23.789	20.714	20.714
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	-	-	297	297
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		23.789	23.789	21.011	21.011
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		5.947	2.141	5.253	1.891
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições		-	-	-	-
Subtotal Adições		-	-	-	-
(-) Exclusões		-	-	-	-
Efeito regime lucro presumido	(4.107)	(1.354)	(4.107)	(1.350)	
Subtotal Exclusões	(4.107)	(1.354)	(4.107)	(1.350)	
Imposto de renda e contribuição social no período		1.840	787	1.146	541

(a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais. A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

8 Recebíveis de Concessão de Serviço Público (Indenização)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

• O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
• O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede;
• Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

• O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele designar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Recebíveis	(1)	44.545	41.029
Indenização	(2)	2	2
Total		44.547	41.031

Circulante 27.064 26.098
Não Circulante 17.483 14.933

(1) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados a taxa interna de retorno do projeto de parcelas tarifárias correspondentes à remuneração pela infraestrutura (RAP).

(2) Parcela de valor residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

A movimentação dos saldos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	41.031
Adições	5.223
Amortização/Reversão	(25.505)
Atualização Monetária/Valor Justo	23.798
Saldos em 31 de dezembro de 2011	44.547

9 Empréstimos e Financiamentos

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos Circulante		Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Moeda nacional							
Banco do Brasil	Prefixada 4,50% aa	39	219	3.991	4.249	-	-
Total		39	219	3.991	4.249	-	-

O financiamento com o Banco do Brasil com recursos do BNDES (FINAME) foi adquirido para a aquisição da Subestação de Energia de 230/69kV em Afluente T e está sendo amortizado em 96 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de Agosto de 2012 a 15 de julho de 2020. A remuneração é baseada na taxa pré-fixada de 4,50% a.a. Os juros durante a carência são exigidos trimestralmente do período de 31 de Agosto de 2010 a 16 de julho de 2012 sendo de um total de 7 parcelas.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/11	Total Líquido
2013	526	526
2014	526	526
2015	526	



...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Fatores de Risco:

- Riscos financeiros
- ✓ Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de taxas de juros, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

	Aumento/Redução em Pontos-Base	Efeitos	
		No Resultado	No Patrimônio Líquido
31/12/2011			
Ativos Financeiros			
CDI	(83)	(309)	(309)
31/12/2010			
Ativos Financeiros			
CDI	99	367	367

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2011, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva

Presidente

Gonzalo Pérez Fernandes

Vice-presidente

Titulares

Jose Maurício Pereira Coelho
Marcelo Maia de Azevêdo Corrêa

Suplentes

Jorge Luiz Pacheco
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
André Luis Dantas Furtado
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Enio Emílio Schneider

Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer

Diretor Financeiro e de Rel. c/ Investidores

Paulo Roberto Dutra

Diretor de Planejamento e Controle

Solange Maria Pinto Ribeiro

Diretora de Regulação

Lady Batista de Moraes

Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Cláudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG-068369/O-0-T-RJ

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais
- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores relativos ao fornecimento da energia gerada. Este risco é reduzido em função da Companhia manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.

20 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual, conforme mencionado anteriormente, foi determinada unicamente pela Administração da Companhia.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Terco referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2012

Enio Emílio Schneider

Diretor-Presidente

Lady Batista de Moraes

Diretora de Gestão de Pessoas e Administração

Paulo Roberto Dutra

Diretor de Planejamento e Controle

Solange Maria Pinto Ribeiro

Diretora de Regulação

Erik da Costa Breyer

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (Nesta nota valores apresentados em Reais – R\$):

Riscos	Data da Vigência	Importância	
		Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2011 a 08/10/2012	51.000.000	109.635
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2011 a 08/10/2012	5.000.000	6.370
Veículos	08/10/2011 a 08/10/2012	100% Tabela FIPE	3.061

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados – subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização – LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral é de R\$ 5.000.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento. O limite máximo de indenização – LMI contratado faz parte de uma apólice de seguro coletiva para todas as transmissoras do grupo Neoenergia.

a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*, e de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - ZSP 015.199/0-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/0-4
Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 093.771/0-9